

## 35º Encontro Anual da Anpocs

GT21 – Mídia, política e eleições

### **Visibilidade versus Opacidade: Uma análise dos enquadramentos e dos agendamentos das reportagens das revistas impressas; *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *Istoé* frente à implantação do Sistema de Cotas nas universidades brasileiras.**

Ana Paula Evangelista de Almeida - UFJF<sup>1</sup>

Glauber Loures de Assis - UFMG<sup>2</sup>

#### **1. Introdução:**

Este trabalho pretende analisar os enquadramentos e discutir o papel de agendamento da mídia impressa (principalmente as revistas, *Veja*, *Época*, *Istoé* e *Carta Capital*) com relação à implantação do Sistema de Cotas nas universidades públicas do Brasil.

Parte-se da hipótese de que esses meios de comunicação colaboraram, através de um posicionamento parcial e por meio de um jogo de interesses que envolvem os campos políticos e econômicos, não apenas para desarticular ou fortalecer o poder do governo quanto à criação dessa política, mas para influenciar as reflexões dos indivíduos sobre as possíveis consequências, em especial negativas, da implantação dessa nova medida educacional. Para o propósito apresentado, foi proposta a análise dos comentários dos leitores nas reportagens e matérias dessas revistas. Desse modo, desnudam-se aqui os pormenores ideológicos e políticos por trás das supracitadas revistas a fim de demonstrar seu posicionamento frente ao debate estudado, e, outrossim, a influência dessas notícias na formação de opinião.

A primeira tarefa desse estudo, entretanto, é perscrutar e correlacionar o campo da comunicação com a esfera política, frisando a visibilidade e o agendamento midiático. Destarte, pode-se desenhar o quadro teórico no qual esse trabalho se situa, através dos estudos realizados por Alessandra Aldé, Venício A. Lima, Maxwell McCombs, entre

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Políticas Públicas e Gestão Social, e estudante de Mestrado em Ciências Sociais na mesma instituição.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Políticas Públicas e Gestão Social, e estudante de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais.

outros, além de tratar, de forma não menos importante, as concepções de mídia e esfera pública, apontada por Rousiley Maia e Wilson Gomes.

No capítulo seguinte, pretende-se aqui analisar os enquadramentos realizados pelas revistas impressas a respeito dessa política educacional. Já em um terceiro momento buscamos analisar a opinião dos leitores dessas matérias, através da análise dos comentários postados na *web*. Por fim iremos contrapor os pontos divergentes dessas análises, permitindo uma conclusão *a priori* quanto aos enquadramentos e agendamentos discursivos dessas diferentes instituições sociais.

Justificamos que a escolha das revistas impressas, como objeto de análise, em detrimento de outros meios de comunicação como o jornal televisivo, se dá por elas serem publicações semanais, quinzenais ou mensais capazes de realizar uma apuração mais precisas das reportagens, sendo capazes de ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos, fotografias permitindo um jornalismo mais analítico, interpretativo, investigativo. Além disso, a esfera pública que será diretamente atingida por essa medida educacional, é um público universitário de classe média tradicional<sup>3</sup>, leitor e assinante dessa revista, em especial a *Veja*. Dessa forma, a primeira análise dos enquadramentos das revistas *Veja* e *Época*, ao discorrer contrariamente a implantação do sistema de Cotas, confirma a ideia de que a imprensa foi – e, em parte, ainda é – atividade da classe dominante, portanto ligada à ordem vigente, uma vez que reservar cotas para estudantes de escolas públicas e grupos negros e indígenas, estaria impossibilitando o acesso meritocrático da classe média tradicional ao mundo universitário público.

Por outro lado, cabe lembrar que o discurso educacional no Brasil é norteado pela doutrina positivista, que influenciou sobremaneira a cultura política, adequando-se às ideias autoritárias em defesa de seus interesses. Basta verificar o lema de nossa bandeira, *Ordem e Progresso*, para visualizar a influência da doutrina positivista, refletida, até os dias de hoje, em nossa cultura educacional.

Nesses aspectos, as reformas educacionais passam a ser entendidas como mecanismos de renovação econômica e transformação social. Como lembra Márcia

---

<sup>3</sup>Tratamos nesse trabalho de dois tipos de classe média. Uma classe média tradicional, já consolidada antes da década de noventa, e uma nova classe média, que vem conseguindo sua ascensão social após a década de noventa. Sobre isso ver a obra “*Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*” do sociólogo Rudá Ricci (2010).

Aparecida Amados Mascia (2003), esse modelo “progressista” de reforma educacional, tende a combater as desigualdades através da intervenção direta do Estado, para incluir aqueles que foram precisamente marginalizados ou excluídos, como é o caso da proposta apresentada pelo MEC quanto à implantação do sistema de Cotas.

## **2. Mídia Impressa: Visibilidade versus Opacidade**

Sabemos que uma das mudanças mais significativas da sociedade moderna, foram o desenvolvimento e a propagação dos meios de comunicação e o surgimento da mídia. Dessa forma, essa mudança transformou a natureza da visibilidade midiática em relação ao poder, uma vez que, historicamente a visibilidade só existia de forma limitada, dependente do contato face a face.

A mídia passa a se configurar, portanto, como um observatório privilegiado de acompanhamento, descrição e análise dos atores políticos e das políticas públicas, governamentais e sociais no país. Nesse contexto, podemos notar que a relação existente entre comunicação e o campo da política, depende na maior parte das vezes, do tipo de recurso político desejado, haja vista que, os tipos de recursos que o mundo político controla principalmente os recursos do governo, interessam ao domínio das comunicações.

Assim, interessa aos meios de comunicação, inferir na construção da agenda política, e seus enquadramentos podem, em determinados contextos, constituir peça fundamental para moldar a percepção que os cidadãos têm da política, em geral, e das políticas públicas, mais especificamente.

Para compreendermos melhor a relação existente entre o mundo da comunicação e o campo político, devemos lembrar que as estratégias políticas voltam-se diretamente para os diversos públicos que constituem a audiência dos meios de comunicação. Wilson Gomes (2007) enfatiza que a luta pela conquista da autoridade no jornalismo é uma luta pela visibilidade e pelo reconhecimento, permitindo que todas as práticas do jornalismo sejam orientadas pelo interesse básico de conquista e posse de autoridade jornalística.

É nesses aspectos que Maria Helena Weber (2006:118) aponta para o fato de que as relações e interesses existentes entre política e meios de comunicação de massa acabam por produzir uma perversa interdependência e ao mesmo tempo, uma salutar

infidelidade, cujos interesses sociais são defendidos ou dublados. Logo, no terreno da mídia e da política passam a surgir espaços, principalmente quando a visibilidade se impõe à política como espetáculo e muito desses espaços são opacos em relação à aparência e a ética.

Nesses aspectos, vale ressaltar que a política tem estratégias de investimentos avançados para obter visibilidade, principalmente no espaço público midiático, local em que essa visibilidade ganha credibilidade. Exemplo disso é a disputa de poderes que ocorrem nesses campos, já que ela acaba por transformar as instituições e sujeitos políticos em reféns da imagem pública e, conseqüentemente, dependentes de uma sofisticada máquina de produção informativa, promocional das relações públicas.

Para sustentar a visibilidade, criam-se tensões entre os domínios públicos e privados, mas posteriormente as fronteiras existentes entre esses dois domínios acabam por diluírem-se. Como ressaltava Thompson (1995) público e privado equivalem ao que está ou não aberto ao conhecimento geral, “um ato público é um ato visível, realizado abertamente para que qualquer um possa ver, um ato privado é invisível, realizado secretamente atrás de portas fechadas.” O autor lembra que a oposição entre público e privado acontece principalmente através das relações estabelecidas entre as organizações econômicas pertencentes ao Estado e outras estatais e para-estatais de fins diversos, em contraste com organizações econômicas privadas operando no mercado e no âmbito das relações pessoais e familiares.

Diante disso, podemos entender que a visibilidade gerada pelo campo da mídia abre novos espaços para a representação dos indivíduos e instituições perante a sociedade. Do olhar face a face ao espetáculo, a política busca a visibilidade assim como necessita da credibilidade necessária à manutenção do poder. Thompson (2002) exemplifica essas circunstâncias ao falar que quanto mais os líderes políticos procuram administrar sua visibilidade, menos eles a podem controlar; o fenômeno da visibilidade pode escapar de suas rédeas e, ocasionalmente, pode funcionar contra eles.

Nesse sentido, é importante destacar que a esfera de visibilidade pública refletida através dos meios de comunicação pode ser editada, estruturada e apreciada de maneira não uniforme, organizada a partir de filtros e lógicas individuais ou vinculada a grupos

ou instâncias de referência<sup>4</sup>, a depender de seus interesses, da sua competência ou capacidade e nível de absorção.

Notamos que a visibilidade da mídia contemporânea, possibilita descrever os fenômenos sociais, valendo-se do maior número possível de informações. A produção de notícias fabrica narrativa, sempre com o objetivo de sedimentar os argumentos gerados pelos meios de comunicação, além de informar suficientemente o leitor<sup>5</sup>. É nesses aspectos que Wilson Gomes (2005:145), argumenta que os materiais de tipo informativo que compõem a esfera de visibilidade pública não se distribuem de forma homogênea, mas são sempre estruturados de um ponto de vista cognitivo em alguns estratos, cujos extremos, se colocados num *continuum* imaginário, podem ser caracterizados com *fundo* e como *tema*.

O autor define o *fundo* como um conjunto de fragmentos ou peças de qualquer tipo de material (no caso de nossa análise, de informação) que passem "sob os olhos" do receptor ou destinatário e que permanecem por algum tempo na memória, sem maiores conseqüências (ou seja, sem gerar qualquer deliberação entre os receptores). Assim, seu valor cognitivo é relativamente pequeno: o destinatário sabe muito pouco sobre a matéria. Por outro lado, o *tema* é um conjunto de fragmentos ou peças expressivas que, de algum modo, foi trazido à tona, e logo incentivam os discursos e as interações mais argumentativas, permitindo organizar a agenda social.

Na relação existente entre visibilidade e esfera pública, é possível compreender, segundo esse mesmo autor, a existência de três domínios na confecção e agendamento das notícias, primeiramente; a) o domínio social da visibilidade, em seguida, b) da troca de razões públicas e por fim; c) da troca de razões em público. Para escolher apenas um dos aspectos que tornam a visibilidade essencial, bastar pensar no papel de constrangimento democrático e pró-cívico que ela exerce sobre o sistema político. (GOMES, 2005:157)

Diante desses pontos, procuraremos construir nossa análise nesse trabalho; a) tratar da visibilidade existente entre o campo comunicacional e político, uma vez que essa relação permanece, até os dias atuais, muito forte no Brasil, b) analisar as trocas de

---

<sup>4</sup> Nesse estudo fica evidente a relação entre visibilidade midiática, política e instâncias de referências. Ao trabalharmos com o conceito de agendamento midiático, estaremos tratando de dois públicos seletos: a classe média tradicional e a nova classe média brasileira.

<sup>5</sup> A análise das reportagens da mídia impressa sobre a implantação do sistema de Cotas aponta para um discurso sempre contrário a essa política pública, já que visa cada vez mais convencer o leitor da ausência de validade da mesma.

razões públicas, c) visualizar a opinião do público leitor quanto a essa medida educacional. Portanto, faz-se claro que a visibilidade política contemporânea depende, em altíssimo grau, da comunicação de massa; e seu caráter de discussão, articula-se fundamentalmente, com o sistema político e da esfera civil.

Nesses termos, percebemos que Wilson Gomes (2005) defende a tese de que a esfera de visibilidade pública midiática pode ser entendida como esfera pública, permitindo que os indivíduos selecionem os diferentes tipos de informações oferecidas, e usá-las para debates fora da cena midiática. Portanto, essa primeira parte de nosso estudo, permite apontar a relação existente entre a visibilidade e a opacidade dos fenômenos midiáticos, os processos pelos quais os meios afetam a relação entre as instituições e os indivíduos; o desenvolvimento de novas possibilidades de interação; e o interesse dos sujeitos em colocar em pauta suas questões nesses espaços.

Veremos que a esfera de visibilidade pública é fundamental para a esfera de discussão, tanto para ampliar ampliá-la como para publicar temas de interesse público que são introduzidos no debate público ou que provocam debates, externos ou internos à cena pública.

### **3. Comunicação e política: a cobertura midiática**

Num país como o Brasil, dado o alcance dos veículos de comunicação de massa, incorporar variáveis comunicacionais é crucial para a compreensão da política. Se analisada em perspectiva histórica, a imprensa esteve sempre presente em momentos relevantes da política nacional – tanto no estímulo à quebra da ordem constitucional (a maioria dos veículos da grande mídia apoiou, por exemplo, o golpe militar de 1964), quanto na defesa de seu retorno (vide os entevos com o regime).

Apesar de seus numerosos flertes ou apoios ao autoritarismo, em vários momentos históricos, não há dúvidas de que a mídia imprensa foi e ainda é, potencialmente, um dos sustentáculos das possibilidades de manutenção e aprimoramento da democracia, já que a maior parte da informação política recebida por milhões de brasileiros provém de conteúdos midiáticos.

A democracia pode ser reforçada pelo poder da mídia, já que passa a ser o “governo do poder visível” (BOBBIO, 2000: 98). Podemos afirmar que os meios de comunicação, são considerados, por parte significativa da grande maioria que os consome, fonte importante de

referências a partir das quais organizam o mundo da política. (ALDÉ, 2001: 2)

Nelson Traquina (2005:128) recorda que a teoria democrática aponta o papel de “mercado de idéias” que os meios de comunicação têm desempenhado no modelo democrático, pois as diversas opiniões da sociedade podem ser “vendidas” e “consumidas”. Ainda nesse sentido, a mídia exerce também o papel de “guardião”, em que as relações assentam numa postura de desconfiança entre jornalismo e poder político.

Segundo Venício Lima (2006: 56), a mídia vem exercendo algumas funções tradicionais que antes eram desempenhadas pelos partidos políticos. Ela contribui para a construção da agenda pública, gera e fornece informações públicas, atua como agente fiscalizador das ações do governo e exerce ainda o papel de crítica das políticas públicas, muitas vezes canalizando as demandas da população. É por meio das informações midiáticas que acontece a compreensão pormenorizada da política nacional. Portanto, o argumento de que os meios de comunicação desempenham o papel de seleção dos temas em torno dos quais gira o debate da sociedade política é válido. (CAYROL, 2001:336).

Aldé (2001) realizou entrevistas semiestruturadas com diferentes pessoas da camada econômica e social brasileira. A partir das respostas dadas por cada indivíduo, a autora associa tais opiniões com as informações fornecidas pelos meios de comunicação. Primeiramente, a autora diz que há uma centralidade da mídia na construção das atitudes políticas do cidadão comum, e isso fica explícito em seu discurso e na interpretação que oferece para o mundo político. No entanto, Aldré lembra que as diferentes situações de comunicação em que encontramos os sujeitos modificam o valor atribuído a sua própria inserção na reprodução e propagação das opiniões e explicações políticas (ALDÉ, 2001: 114).

Além disso, as explicações sobre o mundo “político, social, econômico” que poderiam ser construídas - a partir da dimensão factual ou episódica dos eventos vivenciados ou informados - fazem com que o sujeito baseie-se na exemplaridade de determinada história, que passa a fazer parte do seu repertório recorrente, a fim de que ele o use para ilustrar “casos” variados.

Os meios de comunicação se transformaram no principal canal de difusão de informações sobre temas públicos e de tentativas de convencimento dos indivíduos desinteressados (CERVI, 2010: 63). Se os eleitores transformam a mídia num quadro de referência privilegiado para a obtenção de enquadramentos e para o fornecimento das

explicações mais recorrentes (que serão internalizadas e incorporadas ao discurso dos cidadãos comuns sobre a política), a comunicação de massa constitui uma variável relevante no processo político.

Cabe lembrar que nos últimos anos o Brasil revelou-se portador de um sistema extremamente deficitário quanto à eficácia dos mecanismos de cobrança e de prestação de contas, inexistindo ou ofertando-se insuficientemente instrumentos eficazes que garantissem a responsabilização pública dos governantes diante da sociedade e de outras instâncias de poder. Desperdícios, fraudes, desvios de recursos, abuso de poder, nepotismo, tráfico de influência tornam-se práticas generalizadas de difícil prevenção ou punição. (DINIZ, 1998: 38). Foi nesse cenário que os meios de comunicação potencializaram seu papel como instâncias de cobrança e de denúncia em relação à precariedade do contexto político, econômico e social do país.

#### **4. Justificativa e explicação sobre porque analisar os conteúdos das revistas impressas:**

Observamos no capítulo anterior como as revistas impressas tiravam importância no cenário político nacional, em especial nos últimos decênios. Mas vale ressaltar que o público leitor dessa revista é um público de classe média, em especial pessoas no universo acadêmico, que são assinantes.

Há algumas características do veículo, exatamente no sentido de “chamar a atenção do leitor” e convencê-lo da veracidade de suas informações. As duas maiores características desse veículo é a variedade – muitos assuntos para fígar o leitor e passar a sensação de janela do mundo; e a especialização – centrada num determinado universo de expectativas, visto que conhece seu leitor; geralmente assuntos que envolvem seletores, tais como julgamentos morais, novidades, quantidade, entre outros.

Dessa forma, segundo Alexander Goulart (2006) sempre tendo em mente quem é seu público, a revista procura um produto de olho nos nichos de mercado; é assim que geralmente seus textos são fabricados para se assemelhar com os valores de seu público; Quanto ao uso de imagens – o leitor é seduzido com apelo visual, com o bom fotojornalismo. Assim, “texto e imagem, traduzidos em matéria bem escrita e apresentação visual eficiente são as bases da revista”.



A revista e o jornal ajudam a interpretar o acontecimento ou, no caso da revista, ela parte do fato em si para tratar o “assunto” com maior amplitude. Como diz Garcia Márquez, “a melhor notícia não é a que se dá primeiro, mas a que se dá melhor”. O Jornalismo de Revista sabe disso e tem o tempo como aliado. Uma publicação semanal, quinzenal ou mensal pode fazer uma apuração mais precisa ouvir várias fontes, utilizar recursos gráficos, fotografias *a posteriori*. A revista permite um jornalismo mais analítico, interpretativo, investigativo. (Alexander Goulart, 2006)

Por outro lado, a revista é mais conotativa, opinativa, literária, sensacionalista; e por isso a importância de analisar seu conteúdo e a estrutura de seu discurso, já que ela publica coisas que não seriam notícia em jornal; isso porque a notícia, em revista, passa a ser também o que é de interesse do público, como já mencionamos anteriormente, seu foco é no leitor, no seu assinante, sobretudo.

## **5. A importância de se compreender os enquadramentos, agendamentos e os discursos dos meios de comunicação**

Esse capítulo se faz importante, haja vista que pretendemos discorrer sobre os critérios utilizados para fazer as notícias, e em um segundo momento deste trabalho, quando iremos realizar os grupos focais, demonstraremos como “a informação tem o papel de formar uma imagem mental a respeito de determinados assuntos, ao passo que a predisposição motiva algumas conclusões a respeito dessa mesma imagem, desde que o receptor tenha acesso a mensagem” (CERVI, 2010: 73).

### **5.1 Enquadramentos:**

Enquadrar envolve o ato de selecionar (escolher dentre várias alternativas) e de tornar saliente, distinguir, evidenciar. A idéia de quadros, anexada ao conceito de narrativa jornalística, pode ser entendida como a gama de representações e percepções de um fato. Enquadramentos, portanto, definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem medidas reparadoras, sendo demarcados por pelo menos quatro balizas no processo comunicacional: o comunicador, o texto, a receptor e a cultura e a imagem. Segundo Nelson Traquina (2006) afirma que os enquadramentos é uma forma de como será apresentada e possivelmente interpretada pela opinião pública.

Precursor da concepção de enquadramento, Goffman (apud GONÇALVES) adverte que ele é um conceito para análises de como cada sujeito particular se envolve subjetivamente em uma dada situação social, e não um conceito sobre a organização da estrutura social. Interessa ao autor o problema de como os indivíduos se utilizam dos enquadramentos como estruturas cognitivas que são fundamentais para a sua percepção e trânsito pelas diversas realidades sociais com as quais tomam contato. No campo jornalístico, convencionou-se relacionar o enquadramento ao conceito de agenda-setting porque inferiu-se que além de a mídia fornecer a agenda, existe um recurso complementar que é oferecer também perspectivas de abordagem dos temas tratados. (SILVA, 2008:34).

Todd Gitlin (apud GONÇALVES, 2005: 206) define *enquadramentos midiáticos* como padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual. Segundo ele, os enquadramentos desempenham uma dupla função: organizam o mundo para os jornalistas que o reportam - são eles que permitem aos jornalistas operacionalizar o processamento de grandes quantidades de informação - e para as audiências que confiam nos seus relatos.

O *framing* refere-se a um dispositivo usado para representar um tipo específico de cobertura midiática, como, por exemplo, os enquadramentos que se caracterizam por ter atribuição de responsabilidade, conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade, entre outros. Os estudos de *framing* se preocupam, assim, com a construção das narrativas midiáticas e buscam compreender como essas narrativas influenciam a percepção da audiência:

To frame is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text, in such a way as to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described. (ENTMAN apud Leal, 1993: 52)<sup>6</sup>

Venício A. de Lima (2001: 274) também trata da importância de observar os tipos de enquadramentos realizados pela grande mídia - no caso da televisão, por meio da análise das “chamadas” de abertura e fechamento dos blocos de notícias nos telejornais,

---

<sup>6</sup> Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação casual, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

que são responsáveis pela construção e sustentação da unidade de todo o noticiário. O autor lembra que o conceito de enquadramento (framing) representa um avanço importante para realizar a análise de conteúdo das notícias midiáticas.

## **5.2 Maxwell Mc Combs: Agendamento**

Segundo Maxwell McCombs (2009: 12) a teoria da Agenda marca uma importante expansão teórica sobre o início do processo de comunicação, a começar pelo estágio no qual se quer saber quais assuntos a mídia e o público estão prestando atenção e consideram importantes, observando em que medida a mídia e o público percebem e entendem os detalhes destes tópicos. É a partir dessas duas premissas que desenvolvemos a análise dos enquadramentos das reportagens das quatro revistas de maior circulação do país, levando em conta as opiniões dos seus leitores, em especial os comentários da internet.

O autor lembra que a matéria principal da p.1, ou a página de capa versus a página interior, e mesmo o tamanho do título da reportagem, somado ao tamanho da matéria comunicam a saliência dos tópicos da agenda noticiosa. Além disso, devemos considerar que a mídia, principalmente as revistas impressas, não é a nossa única fonte de informação com relação aos assuntos públicos.

Na maior parte das vezes, a experiência pessoal, como as conversações com nossa família, amigos e colegas de trabalho, também nos informa sobre muitos temas. Contudo, Maxwell McCombs (2009: 99) ressalta que alguns temas são intrusivos, ou seja, eles se inserem em nossas vidas diárias e são experimentados diretamente. Outros assuntos não são intrusivos. Nós os encontramos somente nas notícias, não diretamente em nossas vidas diárias. A mídia define a agenda quando ela é bem-sucedida em chamar a atenção para um problema. Ela constrói uma agenda pública quando fornece o contexto que determina como as pessoas pensam sobre o tópico e como avalia seus méritos.

“O que o público precisa saber? É uma frase recorrente no repertório teórico do jornalismo profissional. Em boa medida, o jornalismo está estabelecido na tradição dos contadores de histórias. Contudo, bom jornalismo é mais do que simplesmente conta uma história. É contar histórias que possuam utilidade cívica significativa. **Este papel que a mídia tem de definir a agenda liga o jornalismo a sua tradição de contar história à arena da opinião pública, uma relação com consideráveis conseqüências para a**

**sociedade.** Para quase todas as preocupações da agenda pública, os cidadãos tratam de uma realidade de segunda-mão, uma realidade que é estruturada pelos relatos dos jornalistas sobre estes eventos e situações.

As notícias do dia nos alertam sobre os últimos eventos e modificações dos amplos ambientes que estão além de nossa experiência imediata. Mas os jornais e as notícias da TV, mesmo as bem editadas páginas de um jornal tablóide ou de um site da web faz muito mais do que sinalizar a existência de temas e ventos importantes. Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada função agendamento dos veículos noticiosos.

A matéria principal da p.1, a página de capa versus a página interior, o tamanho do título, e mesmo o tamanho da matéria comunicam a saliência dos tópicos da agenda noticiosa. Efeito casual forte da comunicação massiva no público, a transferência da saliência da agenda da mídia para a agenda pública. No caso das notícias com alto envolvimento pessoal, o período de tempo para a ocorrência de efeitos do agendamento pode ser ainda mais curto.

A freqüência de cobertura de um tema no noticiário é parte da explicação dos efeitos do agendamento, mas somente em conjunto com a relevância psicológica dos itens na agenda da mídia nos membros do público. A saliência pública é o resultado combinado da disponibilidade e a relevância pessoal. Os *mass média* não é a nossa única fonte de informação aos assuntos públicos. A experiência pessoal, que inclui conversações com nossa família, amigos e colegas de trabalho, também nos informa sobre muitos temas...

O sugestionamento ( priming) é uma extensão significativa do agendamento, uma das rotas através da qual a mídia desempenha um papel central na formatação das atitudes e das opiniões. Às vezes, no entanto, estes efeitos do agendamento da mídia têm conseqüências muito diretas para as atitudes e as opiniões (p. 190) O sugestionamento ( priming) e o enquadramento ( framing) são subespécies do agendamento. Já o conceito de priming pode ser entendido como uma continuidade do agendamento e enquadramento. Ele busca explicar como as pessoas ativam determinados esquemas mentais preexistentes, após receberem determinados conteúdos pelos meios de comunicação.” (CERVI, 2010: 73)

#### 5.4. Conteúdo e discurso das notícias

Emerson Cervi (2010) ressalta que a mídia produz formas de perceber e pensar a sociedade e suas esferas sociais, através dos quadros de percepção, além de agendar temas específicos. Ainda nessa vertente, os meios de comunicação passam a ser responsáveis pelas informações dadas cotidianamente, já que, devido às distâncias geográficas, fica difícil saber o que ocorre em todos os campos sociais sem a mediação deles.

Márcia Aparecida Amador Mascia (2003) ressalta que há uma relação necessária no discurso produzido entre a lingüística e o mundo social, de forma que o discurso possa ser considerado na imbricação de duas formações; as formações discursivas e ideológicas. Não há discurso, não há produção de verdade sem um jogo de oposições, de isolamento de campos que implica **embates e coerções, interdições e exclusões**. Assim é preciso dizer que os discursos contidos nas revistas representam uma forma de narrar o mundo e nessa forma está embutido o mundo a ser vivido.

Segundo Foucault (1996) os discursos são práticas organizadoras da realidade, de forma que o foco não estaria no significado das palavras, e sim no papel do discurso nas práticas sociais, como na organização das relações entre indivíduos, instituições e organizações sociais mais amplas. Em sua vertente majoritária, o discurso político midiático passa a considerar a centralidade de estratégias voltadas para a produção e administração de **afetos e de emoções**, para a conversão de eventos e ideias em narrativas e para o destaque daquilo que é **espetacular, incomum ou escandaloso** - com tudo isso, altera-se a perspectiva da relação entre os agentes políticos e o público.

Como lembra Mayra Rodrigues Gomes (2003), baseando-se nas premissas de Foucault, é por causa de uma **vontade de verdade**, que o jornalismo se faz crítico, e é por uma carência que ele faz um **discurso fundado na referencialidade**: “sempre testemunhando sua palavra, sempre apresentando provas, ou ao menos simulando apresentá-las.” Isso passa a se tornar visível quando realizamos a análise dos conteúdos das notícias e capas de ambas as revistas. A seguir iremos dar continuidade a análise de mais duas reportagens relacionadas à implantação do sistema de cotas, buscaremos

descortinar o discurso da verdade e da imparcialidade sempre atrelado ao mundo do jornalismo.

Foucault (1996) aponta dois pontos essenciais que sustentam o discurso, a “**heterogeneidade**”, a qual consiste na pluralidade de vozes, isto é, na presença de “**outros sujeitos**”, marcados implicitamente ou explicitamente no discurso, e as “**estratégias**” que constituem no modo como certos conceitos e temas tornam-se pertinentes ou não dentro de uma formação discursiva.

Dando continuidade na análise da ordem do discurso, o autor chama a atenção para as relações de poder embutidas dentro do mesmo. Afirma assim que o poder não se encontra somente nas instâncias superiores, mas penetra em toda a trama da sociedade, constituindo-se um conjunto difuso de micropoderes ao nível do cotidiano. Segundo Foucault, somos julgados, condenados, obrigados a viver de um certo modo em função de discursos tidos como verdadeiros. Logo, é nesses aspectos que a visibilidade que as mídias utilizam se tornam um papel crucial como **disciplina e controle**, portanto, como promotoras/mantenedoras de escalas de valor, como **vigilantes e julgadores**. Enuncia-se um campo de visibilidade que permite a **internalização** do ser visto, do estar sob a mira em escala macro, em encontráveis oportunidades.

A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou, eventualmente, de recepção, que recorre em indicadores quantitativos ou não. A inferência é um nível intermediário da análise de conteúdo, em que ocorre a passagem do **nível descritivo**, para o **nível interpretativo**. É no processo de inferência que se busca deduções lógicas; o que é que levou a determinado enunciado (fala)? Este aspecto diz respeito às causas ou antecedentes da mensagem; **quais as conseqüências que determinado enunciado vai provavelmente provocar?** <sup>7</sup>Quais os efeitos das mensagens? A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.

O analista é, assim, como um arqueólogo, ele trabalha com vestígios. Segundo Berelson (apud BARDIN, 2008: 37) a análise de conteúdo pode ser definida como “uma técnica de investigação, que através de uma investigação objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade as

---

<sup>7</sup> A fim de responder esse questionamento, serão apresentadas e lidas partes das reportagens analisadas para o entrevistado, e em seguida feitas perguntas que medirão a influência dessas reportagens nos argumentos discursivos do mesmo.

interpretações dessas mesmas comunicações”. Ela permitirá que se realize uma análise de “significados” dos termos, palavras e frases contidas num discurso, mas também pode ser uma análise dos “significantes”.

Veremos que o segmento de notícias e reportagens, no caso das revistas impressas, tão importantes nos meios de comunicação, se orientam por critérios que estão bem longe da busca da verdade e que não apresentam garantia alguma ao cidadão que constrói muitos de seus pontos de vista com base em suas informações.

## **6. Análise das Revistas:**

Para desenvolver a análise de conteúdo das reportagens e notícias das matérias sobre a implantação do sistema de Cotas, selecionamos reportagens que foram publicadas pelas revistas *Veja*, *Época*, *Istoé* e *Carta Capital*, tanto para a revista *Veja* quanto para a revista *Época*. Serão analisadas dez matérias da revista *Veja*, cinco da *Carta Capital*, cinco da revista da *Época* e três da *Istoé*.

### **6.1 Revista *Veja***

Iremos pontuar alguns pontos relevantes nas dez matérias contidas na Revista *Veja* sobre as políticas afirmativas, eles passam a serem pontos chaves e repetidos corriqueiramente pela revista:

- 1) Associam a cotas raciais ao nazismo e ao apartheid;

*A decisão da banca da Universidade de Brasília que determina quem tem direito ao privilégio da cota mostra o perigo de classificar as pessoas pela cor da pele – coisa que fizeram os nazistas e o apartheid sul-africano.*

- 2) Voltam a falar da invalidade do conceito de Raça
- 3) Falam da perda do mérito acadêmico e do início de “cotas para negros no funcionalismo público, nas empresas privadas e até nas propagandas da TV”.
- 4) Combatem a assertiva de que a sociedade brasileira é racista:

*“Após a abolição da escravatura, em 1888, nunca houve barreiras institucionais aos negros no país. O racismo não conta com o aval de nenhum órgão público. Pelo contrário, as eventuais manifestações racistas são punidas na letra da lei.”*

- 5) Distinção entre os preconceitos raciais e as segregações entre negros e brancos nos Estados Unidos e no Brasil, afirmando que em nosso país as diferentes etnias vivem em harmonia:

*“Quem acha que o problema racial no Brasil é parecido com o dos Estados Unidos, nunca leu os elogios à nossa democracia racial feitos por tantos autores negros americanos”*

- 6) Diz que a discriminação sempre existiu entre os estrangeiros, desde os gregos passando pelos europeus até chegar aos latinos americanos.

- 7) Apontam que essas políticas de ações afirmativas infligem a Constituição e o conceito biológico de Raça:

*“Além de pisotear a Constituição, tratando negros e brancos de forma desigual, o projeto de separar os brasileiros e definir direitos com base na "raça" é também um disparate científico.”*

Luhmann (2005) ressalta também que os meios de comunicação, ao transmitir transgressões à norma e escândalos, podem produzir um sentimento geral de que todos foram atingidos e estão indignados. É nesse sentido que *Veja* utiliza sempre de expressões que tem importante função na reprodução da moral. Na análise do discurso tratado nas matérias, notamos também o apoio do grupo Abril a partidos neoliberais (como o DEM), composto por pessoas da classe média tradicional. Abaixo segue a tabela com uma descrição breve dos assuntos da revista:

**Tabela 1 – Revista *Veja***

<b>Revista <i>Veja</i></b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Síntese</b>
12 de julho de 2006 <b>Convite ao ódio racial –</b> Disponível em: <a href="http://veja.abril.com.br/120706/p_064.html">http://veja.abril.com.br/120706/p_064.html</a>	Negativo	A matéria fala sobre a aprovação de dois projetos no Congresso Nacional – a lei de Cotas e o Estatuto da Igualdade Racial. Descrevem o papel do movimento negro na articulação da aprovação dos mesmos. Utilizam-se de adjetivações do tipo “ <b>um manifesto</b> ”, “ <b>libelo em favor</b> ” “ <b>vagas preenchidas de acordo com a melanina</b> ”, fim do “ <b>mérito acadêmico</b> ”, cotas serão estendidas “no serviço público, nas empresas privadas e até em propagandas de TV”. E no final da reportagem afirma que “o <b>grosso do conflito racial</b> , se a insanidade prevalecer, ainda está por vir”



<p>4 de abril de 2007</p> <p><b>- Eles querem desmiscigenar o Brasil –</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-2-eles-querem-desmiscigenar-brasil/">http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-2-eles-querem-desmiscigenar-brasil/</a> -</p> <p>Blog do Reinaldo Azevedo</p>	<p>Negativo</p>	<p>Essa matéria apresenta novamente a posição contrária da revista em relação às ações afirmativas, contudo a questão discutida aqui é a posição do governo, representado pelo PT ( Partido dos Trabalhadores). Quando a revista coloca a chamada “<b>Eles querem desmiscigenar o Brasil</b>” – eles seriam o <b>PT</b>, que ao invés de fazer valer o governo da maioria, querem “<i>reforçar a identidade cultural das minorias (...). Desde seu início, o governo do PT alimenta a diferenciação racial no Brasil a pretexto de reforçar a identidade cultural dos negros e reparar injustiças históricas.</i>”</p>
<p>23 de maio de 2007</p> <p><b>- Intolerância –</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/230507/p_067.shtml">http://veja.abril.com.br/230507/p_067.shtml</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>Mais uma vez <i>Veja</i> opõe-se a política de cotas raciais e aponta julgamentos morais capazes de criar a ideia de que o país está entrando em um <i>apartheid</i>; “<i>militantes reagem ao debate sobre as cotas com ameaças e apologia da violência física.</i>”, além disso, a revista associa tal afirmativa com o atual governo petista, dizendo que ele dá respaldo a esse tipo de violência; “<i>Em março deste ano, a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, puxou o coro da intolerância em entrevista à BBC.</i>”</p>
<p>6 de junho de 2007</p> <p><b>– Raça não existe –</b></p> <p><b>Capa da Revista</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/060607/p_082.shtml">http://veja.abril.com.br/060607/p_082.shtml</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>No decorrer da reportagem são apresentadas imagens de artistas e esportistas brasileiros negros ou pardos, contendo estatisticamente a distribuição genética de seus antepassados; ameríndios, brancos ou negros. Mas o ponto chave da matéria é testemunhar, através de um exemplo casual, a falta de veracidade das cotas raciais. (...) <i>A avaliação divergente dos irmãos Alan e Alex pela UnB é uma prova dos perigos de tentar classificar as pessoas por critério racial. Em todas as partes onde isso foi tentado, mesmo com as mais sólidas justificativas, deu em desastre</i>”</p>
<p><b>Revista <i>Veja</i></b></p>	<p><b>Enquadramento</b></p>	<p><b>Síntese</b></p>
<p>Perguntas e respostas –</p> <p><b>Secções on-line –</b></p> <p><b>Junho de 2008 –</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/ida-de/exclusivo/perguntas_respostas/cotas/index.shtml">http://veja.abril.com.br/ida-de/exclusivo/perguntas_respostas/cotas/index.shtml</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>A matéria procura trazer questionamentos e repostas contrárias às ações afirmativas, pois elas são políticas que “<i>pretendem privilegiar determinados grupos sociais prejudicados no decorrer da história</i>”. Mais uma vez se faz visível como a revista se posiciona sempre contrária a medida educacional, apresentando sempre o mesmo ponto de vista sobre a questão; inconstitucionalidade, fim do mérito, presença de racismo e uma possibilidade de segregação racial.</p>

<p>4 de março de 2009 –</p> <p><b>Uma segunda opinião –</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/040309/p_066.shtml">http://veja.abril.com.br/040309/p_066.shtml</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>Nessa reportagem, a revista busca, não apenas esvaziar a confiabilidade depositada na implantação do Sistema de Cotas, mas posicionar-se contrariamente a esse projeto. O próprio título da reportagem demonstra que a revista possui uma opinião diferente da apresentada pelo MEC (Ministério da Educação). Nesse sentido são feitos julgamentos, primeiro com relação a “justeza” desse projeto de lei, logo em seguida quanto ao papel da universidades federais em apoiar o mesmo. Nesse ínterim ela recorre a <b>argumentos científicos</b> para esvaziar o conceito de raça. A fim de reforçar o argumento de ineficiência do projeto de implantação de cotas raciais, <i>Veja</i> recorre a exemplos de insucesso do mesmo em anos anteriores.</p>
<p>28 de agosto de 2009 –</p> <p><b>Inquisição racial –</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/inquisicao-racial">http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/inquisicao-racial</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>É uma matéria curta, mas que tem um peso muito forte na posição que a revista adquire quanto à validade do sistema de cotas. Só o título já tem uma chamada forte ao usar a palavra “inquisição”, sentido de vigiar, interrogar e punir, uma vez que a reportagem descreve dois depoimentos de estudantes pardos e negros que foram prejudicados pelo sistema de Cotas. A revista parte de casos isolados para novamente afirmar que a questão racial não existe; <i>“O caso da estudante gaúcha mostra que o que está em avaliação no sistema de cotas universitárias não é a cor da pele nem a condição financeira do candidato, mas sua consciência de raça.”</i></p>
<p>2 de setembro de 2009 –</p> <p><b>Ascensão sem cota –</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://veja.abril.com.br/020909/ascensao-sem-cota-p-094.shtml">http://veja.abril.com.br/020909/ascensao-sem-cota-p-094.shtml</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>A revista traz depoimentos e dados estatísticos para mostrar que cada vez mais negros e brancos estão menos dispares em questões sociais e econômicas. Assim a revista inicia a reportagem falando que a universalização do ensino e o crescimento da economia reduziram a desigualdade entre negros e brancos. A questão é se foi à universalização do ensino, logo se entende que essa mudança é decorrente das últimas políticas públicas adotadas no país, incluindo o sistema de cotas.</p>
<p><b>Revista <i>Veja</i></b></p>	<p><b>Enquadramento</b></p>	<p><b>Síntese</b></p>
<p>2 de setembro de 2009 –</p> <p><b>Queremos dividir o Brasil? –</b></p> <p>Disponível:  <a href="http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-4-queremos-dividir-o-brasil/">http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/veja-4-queremos-dividir-o-brasil/</a>          Blog do Reinaldo Azevedo</p>	<p>Negativo</p>	<p>A reportagem intitulada <i>“Queremos dividir o Brasil?”</i>, já introduz no início de seu texto a ideia de que <b>“rótulos raciais são, portanto, arbitrários e injustos”</b>, frase do sociólogo, repetida inúmeras vezes em sua obra. Atentamos para a expressão <b>rótulos raciais</b>, usada para caracterizar o programa de políticas afirmativas do governo brasileiro, além do uso das palavras <b>arbitrários e injustos</b>, que ferem diretamente os princípios de uma sociedade democrática. Dessa vez, o destaque da matéria é para o livro de</p>

		Demétrio Magnoli; “Uma gota de sangue – História do Pensamento racial”
4 de março de 2010 – <b>Cotas raciais: uma reportagem intelectual e jornalisticamente criminosa</b>  Disponível em: <a href="http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/cotas-raciais-uma-reportagem-intelecutual-e-journalisticamente-criminosa/">http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/cotas-raciais-uma-reportagem-intelecutual-e-journalisticamente-criminosa/</a>  <b>Blog Reinaldo Azevedo</b>	Negativo	O objetivo do texto acima desenvolver uma crítica forte e contraria a matéria de Laura Capriglione na <i>Folha de São Paulo</i> , publicado na mesma data, sobre os tramites no Congresso Nacional da implantação do Sistema de Cotas. No início do texto, Reinaldo Azevedo faz uma ressalva dizendo que a matéria se torna um exemplo de “jargão sintático” em que “o texto vicioso, com efeito, perde toda a graça e mergulha, de cabeça, no mau jornalismo, na distorção dos fatos e, como é o caso de que vou tratar, no crime intelectual.” A matéria de Laura Capriglione e Lucas Ferraz é intitulada-se; “ <b>DEM corresponsabiliza negros pela escravidão</b> ”.

Fonte: Revista *Veja* - <http://veja.abril.com.br/>

## 7.2 Revista *Época*

Da mesma forma como pontuamos algumas questões que são apontadas corriqueiramente nas matérias da revista *Veja*, veremos que há poucas distinções entre o conteúdo dela com o da revista *Época*. Abaixo apresentaremos uma tabela com a síntese dos pontos chaves apontados nas matérias sobre ações afirmativas. Foram analisadas cinco reportagens:

**Tabela 2 – Revista *Época***

<b>Revista <i>Época</i></b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Síntese</b>
2 de abril de 2009  – <b>Cotas pra quê?</b> -  Disponível em: <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI67068-15228,00-COTAS+PARA+QUE.html">http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI67068-15228,00-COTAS+PARA+QUE.html</a>	Negativo	A reportagem da revista inicia-se com o depoimento de um jovem que, apesar de ter todos os méritos possíveis para ser aprovado no vestibular, acabou perdendo sua vaga e sendo prejudicado profissionalmente por essa medida educacional. Nesse aspecto a matéria “Cotas pra quê?” da capa da revista <i>Época</i> é marcado ainda pelo uso intenso de metáforas e adjetivações que apresentam um discurso parcial da revista quanto essa política afirmativa; “ <i>reservar vagas para negros e índios ou estudantes pobres nas universidades públicas não</i>

		<i>resolve uma injustiça histórica – e cria ainda mais problemas.”</i>
<p>29/06/2007</p> <p><b>- Suprema Corte americana impede que escolas tenham cotas raciais –</b></p> <p>Disponível em <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG77839-5856,00.html">http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG77839-5856,00.html</a></p>	Negativo	<p>Nessa reportagem a revista <i>Época</i> procura mostrar que as cotas raciais não deram certo nos Estados Unidos e foram barradas pela Suprema Corte Americana, observemos as afirmativas abaixo; <i>“Critérios pouco claros, a falta de uma unificação do sistema de seleção dos candidatos e a ausência de uma análise da condição sócio-econômica dos estudantes são os pontos que mais recebem críticas dos especialistas em educação e dos próprios universitários.”</i></p>
<p>28/05/2009 –</p> <p><b>Rio de Janeiro tem complicado sistema de cotas.</b></p> <p>Disponível em: <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI75206-15223,00RIO+DE+JANEIRO+TEM+COMPLICADO+SISTEMA+DE+COTAS.html">http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI75206-15223,00RIO+DE+JANEIRO+TEM+COMPLICADO+SISTEMA+DE+COTAS.html</a></p>	Negativo	<p>A matéria se inicia com a seguinte chamada <i>“Uma decisão da Justiça do Rio mostra como é difícil conciliar as cotas raciais com a igualdade perante a lei”</i>. Mais uma vez a ideia de inconstitucionalidade dessas políticas afirmativas entra em voga nas revistas impressas; <i>“Os desembargadores concluíram que o sistema fere o princípio de igualdade para todos previstos na Constituição”</i>. A partir dessa afirmativa o autor do texto, posiciona-se parcialmente sobre a questão das cotas, tanto raciais e sociais.</p>
<p>04/09/2009</p> <p><b>– As armadilhas do racismo –</b></p> <p>Disponível em: <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI91658-15220,00-AS+ARMADILHAS+DO+RACISMO.html">http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI91658-15220,00-AS+ARMADILHAS+DO+RACISMO.html</a></p>	Negativo	<p>Nessa matéria a revista apresenta uma descrição sobre o livro do sociólogo Demetrio Magnoli, <i>“Uma gota de sangue – História do Pensamento racial”</i>, o objetivo da notícia é validar os argumentos do autor contra a validade de cotas raciais nas universidades públicas. A revista diz que Magnoli sempre participou de debates relativos às cotas raciais e uso o adjetivo <b>“virulentos”</b> para caracterizar os partidários a favor das mesmas. Dessa forma, <i>Época</i>, usa frases que defendem o autor, tais como; <i>“Magnoli sempre foi atacado sem dó”</i>, criando assim uma imagem de <b>“malfeitores”</b> entre partidários das cotas raciais. Nessa linha de reprovação às cotas raciais, a revista afirma que <i>“em seu livro, ele conta a história do racismo, das tentativas de criar formas de compensação às injustiças provocadas por leis racistas e descreve como todas deram errado.”</i></p>

<p>18 de março de 2010</p> <p><b>- As cotas para negros e a desigualdade brasileira</b></p> <p>Disponível em:  <a href="http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI127950-15230,00AS+COTAS+PARA+NEGROS+E+A+DE+SIGNALDADE+BRASILEIRA.html">http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI127950-15230,00AS+COTAS+PARA+NEGROS+E+A+DE+SIGNALDADE+BRASILEIRA.html</a></p>	<p>Positiva</p>	<p>Abrucio inicia o seu texto com a seguinte pergunta “<i>questão das cotas para negros em universidades. Para que serviria essa política discutida hoje de forma tão radical?</i>”. Diferente dos argumentos presentes, especialmente na revista <i>Veja</i> e amenizados em outras matérias da revista <i>Época</i>, o autor se opõe a sedimentar seu texto em pontos históricos, tais como a escravidão ou o holocausto. Reconhece que “um fato é evidente nos <b>estudos empíricos</b>: há desigualdade entre brancos e negros com mesma situação de renda e escolaridade.” E a partir dessa premissa e do relato de uma experiência de campo, de um de seus pesquisadores, observou-se uma segregação entre negros e brancos, no ciclo do ensino fundamental. Assim, Abrucio expõe seus argumentos; “<i>é possível ter cotas mais controladas do ponto de vista do tamanho e do mérito, inclusive com ações de ajuda aos negros já nos ciclos escolares anteriores, uma vez que a maioria deles fica no meio do caminho e nunca será cotista. Quanto ao possível acirramento racial, ele não tem acontecido nas universidades com cotas. Uma legislação e um debate equilibrados poderiam conter isso.</i>”</p>
--	-----------------	--

**Fonte: Revista *Época* - <http://revistaepoca.globo.com/>**

A partir dos questionamentos, apontados nas matérias da revista *Veja*, *Época* e *Istoé* ficam visíveis os pontos presentes em todos os argumentos contrários ao sistema de cotas raciais e sociais: o grande público prejudicado seria a **classe média**, e nesses termos, entendemos por classe média; a) tradicional e b) a nova classe média (aquele que está investindo na educação particular de seus filhos). Contudo a pergunta a ser feita é se esse público, tão defendido pelos princípios da democracia, em todas as reportagens, concordaria ou não com o debate sobre ser legítimo ou não essas políticas afirmativas. A princípio, naquelas revistas que colocam os comentários abertos a leitura, nota-se que sempre há arenas de discussões polarizadas, mas com concentração maior entre os indivíduos favoráveis as cotas raciais e principalmente as cotas sociais.

## **7.2 Revista *Istoé***

Observamos que o discurso contrário da revista e também as referências criticando a perda do mérito e das vagas direcionadas aqueles que se prepararam, são voltados diretamente para **agradar** seus leitores, justamente aqueles que são diretamente prejudicados com essa ação afirmativa.

**Tabela 3 – Revista Istoé**

Revista <i>Istoé</i>	Enquadramento	Síntese
<p>05/03/2003</p> <p>Entrevista com: – <b>Mario Sergio Cortelha</b> – “<b>O negro é invisível</b>” –</p> <p>Disponível em: <a href="http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/21837_O+NEGRO+E+INVISIVEL+">http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/21837_O+NEGRO+E+INVISIVEL+</a></p>	<p>Positiva</p>	<p>De todas as matérias publicadas pelas demais revistas, essa reportagem da <i>Istoé</i> utiliza um discurso diferenciado, ao invés de polarizar a favor ou contra as políticas afirmativas, ela aponta justificativas que levam a compreender e aceitar as cotas temporariamente e o preconceito racial de nossa sociedade. Para tanta, a notícia tem como referencial o educador Mario Sergio Cortella; “<i>as cotas não resolvem a questão social dos afrodescendentes no País, mas abrem espaço para fazê-los aparecer</i>”. Nesses termos, o educador afirma também que; “<i>vi que, embora o sistema não seja suficiente, é uma medida necessária, porque enseja a formação de grupos afrodescendentes dentro da sociedade</i>”,</p>
<p>3 de março de 2010</p> <p>– <b>Polêmica na pele: STF abre debate sobre cotas raciais para universidades.</b></p> <p>Disponível em: <a href="http://www.istoe.com.br/reportagens/54595_POLEMICA+NA+PELE?pathImagens=&amp;path=&amp;actualArea=internalPage">http://www.istoe.com.br/reportagens/54595_POLEMICA+NA+PELE?pathImagens=&amp;path=&amp;actualArea=internalPage</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>Nessa matéria a revista traz as polêmicas que envolve a aprovação e aceitação das políticas afirmativas tanto por algumas universidades brasileiras, quanto por alguns partidos políticos. Devido a alguns acontecimentos no âmbito universitário quanto a classificação étnica de alunos, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu o debate sobre cotas raciais para universidades, contudo o DEM questiona o critério de convocação das entidades que discutirão em audiência pública na Corte a adoção de políticas de cotas raciais para ingresso em universidades públicas</p>

<p>28/05/2009 –</p> <p>28 de maio de 2008 – <b>Roberta Fragoso Kaufman</b> – “<b>Cotas geram ódio racial?</b>”</p> <p>Disponível em: <a href="http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/4265_COTAS+GERAM+ODIO+RACIAL+?pathImagens=&amp;path=&amp;actualArea=internalPage">http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/4265_COTAS+GERAM+ODIO+RACIAL+?pathImagens=&amp;path=&amp;actualArea=internalPage</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>Nessa matéria há um discurso bem próximo dos argumentos apontados nas revistas <i>Época e Veja</i>. Com base na entrevista feita a Roberta Fragoso Kaufman, mestre e especialista na questão de cotas raciais e procuradora da república; “do alto de sua especialização, a procuradora do DF dá um conselho ao governo Lula: já é tempo de abandonar o sistema de cotas para negros e substituí-lo por cotas para pobres. Por quê? <b>“A questão racial no Brasil não pode servir como parede, dividindo as raças”</b>, explica Roberta.</p>
<p>26 de outubro de 2008</p> <p>– <b>Cerco à classe média</b> –</p> <p>Disponível em: <a href="http://www.istoe.com.br/reportagens/1056_CERCO+A+CLASSE+MEDIA?pathImagens=&amp;path=&amp;actualArea=internalPage">http://www.istoe.com.br/reportagens/1056_CERCO+A+CLASSE+MEDIA?pathImagens=&amp;path=&amp;actualArea=internalPage</a></p>	<p>Negativo</p>	<p>Essa reportagem reforça as ideias contidas na matéria da entrevista com a procuradora Roberta Kaufmann, do Ministério Público do Distrito Federal e autora de uma tese de mestrado sobre a validade e eficácia das ações afirmativas. Segundo a revista, “<i>ao separar metade das vagas de universidades federais para alunos de escolas públicas, Câmara pune o mérito e a competência (...)</i> Os maiores prejudicados seriam assim, a classe média brasileira, pois <b>“o estreitamento do funil, portanto, atinge mais quem é branco e/ou estudou em escola privada, mas pune antes de tudo a qualificação e a competência.”</b>”</p>

Fonte: Revista *Istoé* - <http://www.istoe.com.br>

## 7.2 Revista *Carta Capital*

Da mesma forma que a *Veja* sempre repete suas premissas para convencer o leitor da veracidade de suas informações, usando sempre um discurso baseado na “**heterogeneidade**”, a qual consiste na pluralidade de vozes, isto é, na presença de “**outros sujeitos**”, marcados implicitamente ou explicitamente no discurso, e as “**estratégias**” que constituem no modo como certos conceitos e temas tornam-se pertinentes ou não dentro de uma formação discursiva.

As revistas *Época*, *Istoé* e mesmo a *Carta Capital*, com uma pausa editorial diferente segue esse padrão. Buscam entrevistar juristas, intelectuais universitários, recorrem a dados estatísticos, em sua maioria discrepantes um dos outros, trabalham com

um **discurso fundado na referencialidade**: “sempre testemunhando sua palavra, sempre apresentando provas, ou ao menos simulando apresentá-las. São discursos polarizados e heterogêneos, repetitivo e em grande partes das vezes opaco, sem muitas coisas a acrescentar, sempre retratando casos ou depoimentos aleatórios da sociedade civil.

**Tabela 4 – Revista Carta Capital**

<b>Revista Carta Capital</b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Síntese</b>
<p>10 de março de 2010</p> <p>– <b>Cotas: uma questão de justiça social</b> – entrevista com Fábio Konder Comparato</p> <p>(obs.: matéria foi retirada da web)</p>	Positiva	<p>Essa reportagem procura tratar da legitimidade de reservar vagas para os negros em universidades públicas, usando argumentos contrários aos apresentados nas Revistas <i>Veja</i>, <i>Época</i> e <i>Istoé</i>. Carta Capital aponta a constitucionalidade dessa medida educacional usando a seguinte expressão; “trata-se de uma política de proteção a minoria”. E a matéria se desdobra com perguntas direcionadas a Fábio Konder Comparato, jurista e professor aposentado da Universidade de São Paulo. No decorrer da notícia, Comparato busca dados estatísticos para comprovar a desigualdade existente entre negros e brancos no Brasil, para tanto está sempre citando artigo da Constituição de 1988, a fim de reforçar a constitucionalidade das políticas afirmativas.</p>
<p>13 de agosto de 2010 –</p> <p><b>Somos racistas –</b></p> <p>Disponível em: <a href="http://www.cartacapital.com.br/sociedade/somos-racistas">http://www.cartacapital.com.br/sociedade/somos-racistas</a></p>	Positiva	<p>São lançadas expressões criticando o tradicionalismo presente nas instâncias governamentais de nosso país, tais como; “<b>nossa realidade política, cínica, nepotista e fisiológica (...) Alguém consegue imaginar esses filhinhos de papai da caricata aristocracia nacional, mesmo os mulatinhos disfarçados, assumindo o papel de negro, formalmente?</b>” Assim, algumas “estratégias” passam a ser utilizadas através de apontamentos agressivos, a fim de convencer o leitor da veracidade dessa política pública; “<b>mas se a cota for para “pobres”, vai ter muito vagabundo botando roupa velha para se matricular (...) Só um idiota não percebe a diferença entre ser pobre branco e pobre negro no Brasil.</b>”</p>



<p>25 de setembro de 2010</p> <p><b>A inclusão desmitificada</b></p> <p><a href="http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-inclusao-desmitificada">http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-inclusao-desmitificada</a></p>	<p>Positiva</p>	<p>Carta Capital está sempre buscando escrever de forma que atenda tanto aos leigos do assunto, quanto aos leitores especialistas nos assuntos tratados (geralmente pessoas mais intelectualizadas). Por isso que ela recorre sempre a tantos cientistas (no caso da cotas a juristas) e dados estatísticos. É o caso dessa matéria, busca apontar dados estatísticos, opiniões de cientistas e gestores das universidades públicas, a fim de demonstrar a eficácia dessa ação afirmativa.</p>
<p>31 de janeiro de 2011</p> <p><b>Cotas nas universidades públicas: um debate necessário</b></p> <p><a href="http://www.cartacapital.com.br/politica/cotas-nas-universidades-publicas-um-debate-necessario">http://www.cartacapital.com.br/politica/cotas-nas-universidades-publicas-um-debate-necessario</a></p>	<p>Positiva</p>	<p>Nessa matéria fica evidente as premissas que sustentam os argumentos da revista com relação as ações afirmativas: a) Combater a dívida histórica decorrente da escravidão dos negros e extermínio da população indígena; b) Direito a autodeclaração, sem tribunais raciais; c) Apesar de concordarem com a implementação de ações afirmativas, a revista sempre defende o investimento no ciclo básico da educação; d) Abrir o debate para toda sociedade civil</p>

**Fonte: Revista *Carta Capital* - <http://www.cartacapital.com.br>**

Observamos, na análise das reportagens das revistas *Veja*, *Época*, *Istoé* e *Carta Capital* que as políticas afirmativas, em especial as raciais, implementadas pelo governo federal nos últimos anos, tem sido tema de debates que questionam, principalmente, sua legitimidade e sua constitucionalidade. Esse debate tem se dado principalmente nas instâncias midiáticas, são significativas o número de matérias envolvendo a questão das cotas. Nas análises das matérias notamos que se formam arenas argumentativas polarizadas, não há um meio termo, pois de um lado, são vistas por segmentos sociais contrários como meros atos de benevolência do governo, violadores de princípios constitucionais são e, de outro, entendidas pelos indivíduos por elas assistidos como formas de tornar a sociedade mais justa, visto que propiciam igualdade fática.

Vimos que o espaço de visibilidade midiática é um ambiente em que embates ideológicos se desdobram dentre e entre os atores políticos e os próprios cidadãos, no nosso caso entre o mundo dos redatores e colunistas das revistas impressas e seus leitores:

“Sem dúvida, muitos dos dispositivos utilizados pelos agentes da mídia tem o poder de despolitizar, produzir visões superficiais e

deliberadamente banalizadas. Certamente, muitas das produções da mídia são desengajadas, vazias e seguem fórmulas padronizadas. Seguramente, muitas das representações que circulam no espaço da visibilidade midiática, reforçam estereótipos, fazem avançar vocabulários, imagens e formas de comunicação que favorecem determinados grupos e prejudicam outros.” (MAIA Rousiley, 2006: 34)

Diante dos dados coletados, é possível observar que as estruturas de ambas das revistas; *Veja*, *Época* e *Istoé* se assemelham em numerosos aspectos – tanto quanto aos temas abordados em suas capas quanto nos enquadramentos noticiosos utilizados. Em relação à questão específica das matérias sobre políticas públicas educacionais, as revistas analisadas se assemelham em seu conteúdo e viés político. Apesar de diferenças superficiais (a *Época* e *Istoé* numa perspectiva mais informacional, a *Veja* baseada em jornalismo de opinião), ambas as publicações apresentam valorações ideológicas similares.

A análise de suas reportagens sobre a implantação do sistema de Cotas aponta para um discurso sempre contrário a essa política pública, visando sempre convencer o leitor da ausência de validade da mesma. Adjetivações, metáforas, dados estatísticos que apontam insucesso das cotas, em especial de outros países que tiveram essa medida educacional implementada, opinião desfavoráveis, de cientistas, tanto sociais quanto geneticistas e mesmo de alunos que se consideram prejudicados meritocraticamente com a implantação do sistema de cotas, em especial o racial, são usados exaustivamente nas matérias dessas três revistas. Por outro lado, a revista *Carta Capital* adquire um viés político e social favorável a Cotas Raciais, principalmente de oposição e respostas as matérias e artigos científicos publicados sobre o tema, em outros meios de comunicação impresso. Nesse sentido as arenas de discussões públicas se polarizam; a) primeiro entre os indivíduos que são contra essa medida, grande parte deles componentes da classe média tradicional, filhos de profissionais liberais, público leitor e consumidor midiático da editora Abril e Globo; b) segundo referente ao público favorável a essa política educacional, especialmente aqueles que compõem a nova classe média brasileira.

Seguindo essas premissas, observamos que nosso estudo permite visualizar a forte ligação entre os meios de comunicação impressos (e disponíveis on-line), com o Estado e a sociedade civil. Ao analisarmos os comentários postados nas matérias disponíveis on-line, estaremos reforçando a premissa habermasiana de que as decisões políticas desse

sistema só se tornam legítimas quando examinadas e aceitas racionalmente pelos cidadãos.

Por outro lado, abandonamos os argumentos de Habermas de que a esfera pública no mundo burguês tem assumido funções de propaganda, esvaziando-se de seus conteúdos políticos. Defendemos que, com base nos conceitos de Ana Paula Goulart Ribeiro (2003), o aspecto político jamais desapareceu totalmente da mídia brasileira, inclusive tem exercido desde a época do Império, um papel fundamental, e principalmente estrutural, na dinâmica das empresas jornalísticas brasileiras. O apoio a determinados grupos que estão (ou estavam) no poder, nos termos foucaultianos, são essenciais para garantir espaço no jogo de poder e saber.

Não é o objetivo desse estudo tratar da veracidade ou da validade do sistema de cotas raciais ou sociais nas universidades públicas brasileiras. Pretendemos com esse trabalho e com nossas análises apontar a ligação forte entre o campo midiático e a esfera política, a fim de atentarmos para os jogos de visibilidade, poder e saber que interdita esses dois campos. Além disso, nossa preocupação é demonstrar também a capacidade de agendamento que a mídia tem, ao fornecer e formar opinião. Novamente, retomamos a tese de que a sociedade divide-se em grupos, sendo eles representantes de esferas sociais diferentes, em especial das esferas econômicas e políticas, como é o caso da classe média tradicional e da nova classe média brasileira. E como sempre aconteceu na história social de nosso país, esses grupos estariam sempre recorrendo a formas de poder e saber para disseminar seus ideais; entre eles, os meios de comunicação seriam uma ponte que permitiriam chegar do outro lado: “a sociedade civil”. Logo interessa a esses grupos, como a editora *Abril* e *Globo*, não apenas escrever para seu leitor, mas convencer a todos da veracidade de suas informações. Contudo, a grande questão que colocamos agora é; por qual motivo esses meios de comunicação ainda insistem em defender que seus órgãos trabalham com um jornalismo imparcial, limpo e democrático? Se seus discursos, ainda estão embutidos em formas tradicionais e conservadoras de jornalismo.

## **8.Referências:**

- ALDÉ, Alessandra. **“A construção da política”: Cidadão comum, mídia e atitude política.** Rio de Janeiro, 2001. Tese de doutorado. Disponível em: <http://doxa.iesp.uerj.br/teses.htm> Acessado em 08/05/2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2008.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

BOURDIEU, Pierre . **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

CERVI, Emerson. **Opinião pública e comportamento político**. Paraná: Editora IBPEX, 2010.

CHARAUDEUAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

DINIZ, Eli. **Uma perspectiva analítica para a reforma do Estado**. Lua Nova: revista de Cultura e Política, nº 45, São Paulo: Cedec, 1998. p. 29-48.

FOUCAULT, M (1996). **A ordem do Discurso**. São Paulo, Edições Loyola.

GOMES, Mayra Rodrigues (2003). **Poder no Jornalismo**. São Paulo, Edusp & Hacker editores.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2007

GOMES, Wilson; MAIA Rousiley C.M. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GONÇALVES, Telmo (2005). **Os temas de Guerra. Estudo explanatório sobre o enquadramento temático da guerra do Vietnã na televisão**. ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO – Volume IV, 2005. Disponível em <<http://www.bocc.uff.br/pag/goncalves-telmo-temas-da-guerra.pdf>> Acessado em 20/05/2011

GOULART, Alexander . **Uma lupa sobre o jornalismo de revista**. Observatório da Imprensa, 04/07/2006, edição 388. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma-lupa-sobre-o-jornalismo-de-revista>. Acessado em 20/08/2011

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Venício A. de. **Mídia: Teoria Política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

LUNHAMN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: História do Pensamento Racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAIA, Rousiley C. M. (Org.) ; CASTRO, Maria Céres P. S. (Org.) . **Mídia, Esfera Pública e Identidade Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MASCIA, Maria A. Amador. **Investigações Discursivas na pós-modernidade**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MCCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker editores, 1999

RICCI, Rudá. **Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2010

SILVA, Vevila Siqueira. **O Escândalo do Mensalão em Revistas Semanais: uma análise de enquadramento**. Bauru, 2008. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Disponível em <[http://www.faac.unesp.br/posgraduação/Pos\\_Comunicacao/pdfs/vevila\\_silva.pdf](http://www.faac.unesp.br/posgraduação/Pos_Comunicacao/pdfs/vevila_silva.pdf)> Acessado em 20/04/2011.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 1999.

THOMPSON, John B. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.  
Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002  
TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis: Editora Insular, 2005. v.1